



SERVIDOR

Não caia no golpe dos empréstimos consignados

Página 2

SESAI

Ministério da Saúde discute Chamamento Público Indígena

Página 4

DATA-BASE

89,1% das categorias conquistaram ganhos

Página 3



MENOS DE 1%

Governo diz ter R\$1,5 bi para servidores em 2024

Com esse valor apresentado pelo governo uma proposta de recomposição não chegaria nem a 1%

A reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) do dia 29, terminou em frustração para servidores federais que aguardavam resposta do governo sobre a pauta econômica da categoria que amarga perdas salariais nos últimos anos superiores a 30%. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou que o governo tem apenas R\$1,5 bilhão para todas as demandas, incluindo aumento salarial, benefícios, reestruturação de carreiras.

"Na prática, infelizmente, não existe possibilidade de discutir recomposição neste cenário", pontuou Pedro Armengol, diretor da Executiva Nacional da CUT e da Condsef/Fenadsef. No universo de 1,2 milhão de servidores, entre ativos, aposentados e pensionistas, com esse aporte apresentado pelo governo uma proposta de recomposição não chegaria nem a 1%. "Sem mobilização essa realidade não será alterada", adiantou Armengol.

De acordo com o secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, o objetivo do governo é trabalhar para ampliar os recursos disponíveis. Mas o debate de um aditivo estaria atrelado a uma mudança no cenário de arrecadação esperado para o segundo semestre.

Para Sérgio Ronaldo da Silva,

Fotos: Mário Hashimoto



Com a proposta do governo, entidades sindicais não descartam greve

secretário-geral da Condsef/Fenadsef, o montante informado pelo governo para investimento no funcionalismo está muito aquém do necessário para o debate de reconstrução do Estado brasileiro, uma das bandeiras centrais de campanha que ajudou na recondução do presidente Lula ao seu terceiro mandato.

"Levando em consideração que apareceram R\$300 bilhões para a turma do agronegócio e para nós gorjeta? Não é possível. Nós lutamos muito para mudar o cenário político brasileiro, mas as políticas públicas não irão avançar com essa proposta apresentada hoje", destacou o secretário-geral. "Devemos ficar atentos e vamos construir um calendário de mobilização. O momento é de mobilizar para disputar o orçamento", defendeu.

Greve não é descartada - Em nota unificada à imprensa, a bancada sindical, representada pelas Centrais, Fonasefe e Fonacate, manifestou indignação com falta de proposta de reajuste do governo. A bancada ressalta que o valor de R\$1,5bi é considerado insuficiente para suprir a demanda de recomposição salarial necessária para cobrir as perdas inflacionárias enfrentadas pelo funcionalismo público. Além disso, gera preocupação a falta de prioridade dada também às pautas não remuneratórias. "Está na hora de irmos para as ruas pressionar, cobrar parlamentares e denunciar à sociedade em geral. Se preciso for, iremos construir a greve geral do funcionalismo público federal e resgatar a dignidade", destaca o documento. (COM CONDSEF)

Acompanhe nossas ações diariamente em nossa página. Acesse: www.facebook.com/sindsepmt

Foto: Mário Hashimoto



Representantes do governo e dos servidores participam da reunião

MGI apresenta tabela remuneratória do Plano de Carreira dos servidores

Entidades contestam alguns itens e apresentam contraproposta

Em reunião na manhã da quarta-feira (30), o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) apresentou uma proposta de tabela remuneratória da carreira indigenista, tendo como referência os valores da carreira do Meio Ambiente. Também estavam na reunião representantes do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Representando os servidores estavam Condsef, Sindsef-DF, Ansef e INA.

De acordo com as diretrizes de carreira adotadas pelo MGI, a gratificação de qualificação não deverá ser incluída como parcela remuneratória separada. Nesse cenário, o governo propôs a estratificação da Gratificação de Apoio à Execução da Política Indigenista (GAPIN) em três níveis, de forma a equiparar a remuneração percebida pelos servidores do Ibama. Nessa metodologia, as gratificações mais elevadas estarão vinculadas às regiões de lotação de difícil provimento.

Os servidores apresentaram contraproposta com relação aos seguintes pontos:

- 1) Que o compromisso de haver incorporação automática na carreira indigenista, caso haja reestruturação da carreira ambiental, conste no acordo em construção que será submetido à deliberação dos servidores;
- 2) Que o próximo concurso estabeleça pontuação por experiência em indigenismo;
- 3) Que os cargos da nova carreira sejam denominados "Especialistas";
- 4) Que seja criado um Plano Especial de Cargos (PEC) para contemplar os servidores que, por impossibilidade legal, não possam ser enquadrados na carreira indigenista;
- 5) Que a implementação da carreira aconteça da seguinte forma: 60% em jan/2024; 20% em jan/2025 e 20% em jan/2026;
- 6) Em relação ao nível superior, com a finalidade de obter isonomia com relação à carreira ambiental, foi proposta uma alteração na porcentagem de progressão entre os níveis, concentrando a progressão até o 13º nível; e
- 7) Em relação aos níveis médio e fundamental, as entidades apresentaram proposta de tabela de remuneração substitutiva, com o objetivo de elevar o patamar remuneratório proposto pelo governo, de no máximo 10%, para 27%.

Servidores contra o Marco Temporal - Após a reunião, os servidores seguiram para o ato dos povos indígenas, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), para acompanhar a votação do Marco Temporal e defender a demarcação das terras indígenas. (FONTE: SINDSEP-DF)



Após o anúncio do governo do "menos 1%", a quarta-feira, 30, foi marcada por atos de servidores federais na Esplanada dos Ministérios e no Congresso Nacional. De manhã, a categoria respondeu em protesto ao resultado da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) que aconteceu no dia 29, onde o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou que o governo tem apenas R\$1,5 bilhão no orçamento da União em 2024 para todas as demandas do funcionalismo, incluindo aumento salarial, benefícios, reestruturação de carreiras.

ATENÇÃO

Servidor público: Não caia no golpe dos EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS

Se você é servidor público e recebe mensagens pelo aplicativo WhatsApp ou vive recebendo ligações de pessoas que se apresentam como correspondentes bancários ou instituições financeiras, você pode estar sendo vítima de empresas que aplicam o golpe do empréstimo consignado ou, para alguns, “golpe da falsa portabilidade”.

– Empresas? Com CNPJ e tudo? – SIM!

O golpe do empréstimo consignado, que também é conhecido como o golpe do aluguel de margem ou da “golpe da falsa portabilidade”, é bastante complexo e merece toda sua atenção para que você não seja mais uma das milhares vítimas que já caíram nessa fraude.

Empresas devidamente formalizadas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), geralmente registradas como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), e com nomes fantasia associados a siglas que remetem atividades financeiras como “Bank, Cred, Soluções Financeiras, Grupo Financeiro, Business” têm sido responsáveis pela aplicação da referida fraude. Em outros casos, os golpistas se valem de empresas constituídas com o único propósito de intermediar pagamentos, a qual acaba sendo a responsável pelo registro da chave PIX utilizada para receber os valores angariados com a prática criminosa e geralmente é denominada de “Intermediações de pagamento Ltda”.

As “empresas” entram em contato com as potenciais vítimas e oferecem inúmeros benefícios financeiros, como promessas de redução da parcela de um empréstimo anterior ou então benefícios mensais, totalmente incompatíveis com investimentos habituais, como por exemplo, remuneração de 10% na realização do contrato em um mês.

Em quase 100% dos casos os representantes das empresas, juntamente com correspondentes bancários, facilitam a aprovação de Empréstimos Consignados ou Crédito Pessoal para que as vítimas não desconfiem da má-fé da empresa golpista.

Há relatos de vítimas que receberam valores oriundos de empréstimos bancários sem sequer assinarem contratos juntamente a instituição financeira, outras vítimas afirmam e comprovam com print's de mensagens de WhatsApp que receberam dos próprios golpistas links ou contratos bancários, com verdadeira tolerância das instituições financeiras, visto que permitem que empresas de má índole

manipule seus contratos com fins esdrúxulos.

Em continuidade da empreitada criminosa, assim que a vítima recebe os valores oriundos de empréstimo é comunicada pelos próprios golpistas e estes se encarregam de fazer com que a vítima realize a todo custo a transferência bancária do montante recebido para conta bancária vinculada ao CNPJ da empresa.

Para alcançarem os objetivos os representantes da empresa usam de diversos argumentos, inclusive realizam os pagamentos das parcelas dos empréstimos de forma mensal para passarem mais credibilidade, até que somem com todos os recursos.

As abordagens mais comuns são as seguintes:

– A conclusão da operação de portabilidade pode ser automática ou manual, o BACEN que determina esse procedimento, e no seu caso foi determinado de forma manual, então você deve transferir os valores para a empresa, visto que por sermos Pessoa jurídica temos uma melhor margem de negociação com banco.

– Nossa empresa irá investir o valor empréstimo, que irá render em fundos de investimentos e no prazo de 6, 12 ou 18 meses e após vamos quitar o empréstimo e você irá lucrar com o aluguel de sua margem consignada que está parada sem utilização.

– Nossa empresa irá realizar um contrato e deixará tudo formalizado, com reconhecimento de firma no cartório e também com apólice de seguro que cobrirá qualquer risco do contrato, sendo que a empresa arcará fielmente com o pagamento das parcelas do consignado.

Por mais que tentem justificar a validade da transação, todas essas justificativas são inverídicas e fazem parte da cilada montada para induzir a vítima a erro.

Não existe portabilidade de empréstimo para outra instituição financeira de forma MANUAL, ou seja, a portabilidade é regulamentada pelo BACEN e ocorre entre instituições financeiras, não havendo necessidade de intermediação de terceiros, sendo inclusive vedada tal prática no sistema financeiro.

De igual modo, o investimento em “aluguel de margem consignada” não pode sequer ser justificado no mercado financeiro. O banco empresta valores com juros de mercado, que variam de 1% até 4% ao mês, e em cada operação bancária é realizada a cobrança de IOF e taxa de comissão do correspondente bancário, ou seja, para que haja lucro sobre o valor empres-

tado para empresa, esta teria que auferir rendimentos em renda variável de alto risco com resultados mensais superiores 8 % do valor emprestado, visto que com os juros das parcelas a dívida basicamente dobra, valores inalcançáveis para qualquer investimento lícito.

Em outro giro, muitas vezes a apólice de seguro que afirma garantir o contrato sequer existe e, em outros casos, para passar mais credibilidade, os golpistas contratam seguros imobiliários contra incêndio e justificam que o negócio está coberto, porém não há cobertura da atividade desempenhada pela empresa golpista.

As empresas que aplicam o referido golpe podem estar sediadas em Estados diferentes das vítimas (geralmente estão localizadas no Rio de Janeiro) ou no próprio Estado em que a vítima reside. Em ambos os casos as empresas realmente constroem toda uma estrutura física para passarem mais credibilidade. Além disso, os golpistas fazem o recrutamento de agentes financeiros que são treinados para ludibriar as vítimas, havendo inclusive escalonamento de conhecimento sobre o golpe, sendo necessário em alguns casos a intervenção de gerentes que conhecem melhor o golpe.

Os golpistas são treinados para em alguns casos conseguirem a amizade das vítimas, criando um vínculo de intimidade, agem sempre como muita simpatia e atenção. Em outros casos, dão preferência para que mulheres atendam homens e homens atendam mulheres, o que acaba potencializando o poder de convencimento dos criminosos.

Aliás, outro fator que tem contribuído para o sucesso dessas fraudes é o alto investimento realizado pelos criminosos em publicidade nas mídias sociais patrocinando comerciais que, muitas vezes, são protagonizados por pessoas famosas, o que acaba construindo uma imagem de idoneidade dos serviços oferecidos por essas pessoas ou empresas.

Cita-se, a título de exemplo, o grupo Lótus, suspeito de aplicar o golpe do empréstimo consignado no norte e nordeste do país, que se valeu da imagem da rainha da Joelma para reforçar a imagem da empresa e lograr êxito na aplicação de golpes.

Não se deixe enganar com os inúmeros esforços realizados por verdadeiras organizações criminosas, por mais que pareçam empresas sérias, desconfie!

JURÍDICO SINDSEP/MT – FONE (65) 3023-7000/99309-5678 (Dra. Adriane Santos dos Anjos)



1) EX-SERVIDORES DA SUCAM ATENÇÃO

Quem realizou o exame no último mês entrar em contato com o Jurídico do SINDSEP/MT para assinar os documentos necessários para a propositura da ação de indenização contra a União (MINISTÉRIO DA SAÚDE/FUNASA).

Quem ainda não fez o referido exame procurar os diretores para fazer a coleta, com o resultado positivo daremos entrada na competente ação judicial de indenização em razão da intoxicação.

2) Trabalhadores da EBSERH que foram notificados para devolução de valores referentes à insalubridade ou auxílio-alimentação em razão do duplo vínculo, procurarem o setor Jurídico para que seja apresentada defesa no processo administrativo e posteriormente seja ajuizada a competente ação judicial para evitar a devolução de valores recebidos de boa-fé.

3) EXECUÇÃO COLETIVA DA AÇÃO DE INSALUBRIDADE DA EBSERH

Trabalhadores da EBSERH que são lotados nos setores UTI Neonatal, UTI Adulto, Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Clínica de Ginecologia e Obstetrícia, Clínica Cirúrgica que ainda não entraram em contato com o jurídico do SINDSEP para executar os valores devidos a título de insalubridade, favor fazer contato para garantir o recebimento e implantação da insalubridade em grau máximo.

Isso devido ao julgamento procedente da ação coletiva proposta pelo SINDSEP/MT na justiça do trabalho que consignou o restabelecimento do “adicional de insalubridade em grau máximo a seus empregados de quaisquer funções que atuem durante toda a jornada nos seguintes setores: UTI Neonatal, UTI Adulto, Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Clínica de Ginecologia e Obstetrícia, Clínica Cirúrgica, sob pena de multa no valor de R\$ 1.000,00 ao mês a cada trabalhador, a ser a eles revertida”.

JURÍDICO SINDSEP/MT – FONE (65) 3023-7000/99309-5678 (Dra. Adriane Santos dos Anjos)

SERVIX SAÚDE
Administração de Benefícios

Conheça a **SERVIX SAÚDE**

- UM POUCO SOBRE A SERVIX: Uma empresa consolidada com mais de 12 anos de atuação no mercado de Saúde Suplementar, registrada na ANS sob o número 41760-2.
- Contamos com uma equipe especializada em disponibilizar planos de saúde, odontológicos e seguro de vida, registrados pela ANS, que atendem a sua necessidade e se encaixam no seu estilo de vida.

- Planos sem taxa de adesão
- Planos mais vantajosos que o mercado
- Planos sem coparticipação
- Atendimento nacional
- Desconto em medicamentos

Carlos Alberto
(65) 9.9968-4677
CARLOS.ALMEIDA02@HOTMAIL.COM
WWW.SERVIXSAUDE.COM.BR

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poço. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nelso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santin; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izael Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandinéia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.



4) AOS SERVIDORES QUE POSSUEM CONTRATO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA JUNTO A CAPESESP

Aos servidores que possuem contrato de previdência privada junto a CAPESESP que por ventura ao se aposentar não efetuaram o resgate das contribuições ou efetuaram o resgate em percentual inferior ao devido, o Escritório do JB Anjos, Advogados Associados informa que está ajuizando as competentes ações para reaver os valores devidos referentes ao resgate das contribuições. Para ajuizar a referida ação é necessário os seguintes documentos: 1) RG 2) CPF 3) COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA 4) PORTARIA DE APOSENTADORIA 5) CÓPIA DA SOLICITAÇÃO ADMINISTRATIVA 6) EXTRATO DEMONSTRATIVO DE CONTRIBUIÇÕES DA CAPESESP Com a apresentação dos documentos, será preenchida a procuração, declaração de assistência judiciária gratuita e contrato de honorários, que deverão ser assinados e encaminhados ao escritório. Para o ajuizamento da ação o escritório não cobra taxa de ajuizamento de ação e os honorários serão cobrados ao final quando do êxito da demanda no importe de 12% sobre o valor econômico da ação. Os encargos com custas processuais e possíveis honorários sucumbenciais serão arcados pela entidade sindical. Para dúvidas e demais esclarecimentos, a advogada Adriane Santos dos Anjos, está à disposição, podendo ser contatada através do telefone (65) 99309-5678 ou por e-mail: adrianesanjos@hotmail.com

5) PERÍODO DE LICENÇA PRÊMIO NÃO GOZADO PODE SER RECEBIDO EM PECÚNIO

É cabível a conversão em pecúnio de licença-prêmio não desfrutada, mas adquirida antes da passagem do servidor público para a inatividade.

O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1854662/CE, em acórdão proferido em 14/04/2021, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos, e determinou a suspensão da tramitação, no território nacional, de todos os processos pendentes, que versem sobre a questão, orienta-se aos servidores que se aposentaram com período de licença-prêmio não desfrutada a ajuizar a competente ação.

Em alguns casos a União tem ofertado proposta de acordo já no início da ação.

Se é seu caso, procure o departamento jurídico do Sindsep/MT para demais esclarecimentos.

PESQUISA

89,1% das categorias com data-base em julho conquistaram ganhos reais

Boletim de "Olho nas Negociações" do Dieese analisou 165 categorias da indústria, comércio e serviços

Foto: Marcelo Casal JR/Agência Brasil



A pesquisa mensal do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), sobre reajustes salariais, divulgada no boletim de "Olho nas Negociações", mostra que das 165 categorias analisadas com data-base em julho, 89,1% conquistaram ganhos reais acima da inflação.

Do total das data-base de julho, 10,3% obtiveram reajustes iguais à inflação e apenas uma negociação (0,6%) teve reajuste abaixo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A média de reajuste acima da inflação foi equivalente a 1,95%.

No mês anterior (junho / 2023), as negociações acima da inflação chegaram a 86,7%. Já na comparação com o mês de julho de 2022, o contraste é grande: as negociações com reajustes abaixo da inflação foram muito maiores (66,5%).

No acumulado deste ano de 2023, os reajustes salariais acima da inflação chegaram 76,5%. Ao todo foram analisadas 9.829 negociações até 10 de agosto.

Outro dado confirma que a negociação coletiva é mais favo-

rável ao trabalhador. Os reajustes salariais acima do INPC foram mais frequentes nos acordos coletivos com 79,1% dos casos. Nas convenções coletivas este índice chegou a 71,8%. Por outro lado, resultados abaixo da inflação também são mais frequentes entre os acordos (5,8%) do que nas convenções (4,9%).

Reajustes por setor econômico em 2023 - Em 2023, as negociações da indústria tiveram aumentos reais em 82,6% dos casos e reajustes iguais ao INPC em 12,7%. Apenas 4,8% dos resulta-

dos do setor ficaram abaixo do índice inflacionário.

Nos serviços, os reajustes superiores à inflação chegaram à marca de 79,3%, enquanto 14,4% se igualaram ao INPC, e 6,3% ficaram abaixo do índice.

No comércio, o percentual de resultados superiores ao INPC é menor (53,5%). No entanto, cerca de 42% das negociações registraram reajustes equivalentes à inflação, o que revela que só 4,8% não conseguiram repor as perdas inflacionárias, de janeiro a julho de 2023. (FONTE: PORTAL CUT)

Servidores pedem regulamentação de norma da OIT

O presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre, representantes das demais centrais sindicais e de servidores públicos cobraram do governo federal a instalação de um Grupo de Trabalho (GT), que irá discutir a regulamentação da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo governo brasileiro em 2010. A convenção 151 assegura aos trabalhadores e trabalhadoras do serviço

público nas esferas municipal, estadual e federal do Brasil, o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva.

Sérgio Nobre apresentou às reivindicações dos servidores e a necessidade da instalação do GT à ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Presente à reunião, o diretor executivo da CUT Nacional e da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Cond-

sef), Pedro Armengol, defendeu a necessidade da regulamentação da convenção 151.

"O servidor público não tem direito à negociação coletiva; ela só existe quando há vontade política do governo. Não tem nada que o obrigue institucionalmente e por isso não temos direito à data-base, dissídio coletivo e outros direitos negociados, como ocorrem com os trabalhadores da iniciativa privada", explica Armengol.



ACOMPANHE A NOSSA LUTA E O QUE JÁ CONQUISTAMOS SOMENTE NESTES PRIMEIROS 8 MESES

- 1- REAJUSTE SALARIAL LINEAR DE 9% PARA ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS, A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2023 (MP 1.170/2023);
- 2- REAJUSTE DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE 43,6%, PASSANDO PARA R\$ 658,00;
- 3- HOMOLOGAÇÃO DOS ACTs (ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHOS) DA CONAB 2019/2021 E 2021/2023. OS DOIS ACTs REAJUSTAM EM 18% O SALÁRIO DOS TRABALHADORES E MANTÊM O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (SAS);
- 4- ASSINATURA DO ACT DA IMBEL 2023/2024 QUE REAJUSTA O SALÁRIO EM 3,9%, E ALTERAÇÃO NO PECS (PLANO DE EMPREGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS) PARA REDUZIR A CARGA HORÁRIA DE 44 PARA 40 HORAS SEMANAIS SEM REDUÇÃO SALARIAL;
- 5- INSTALAÇÃO DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE;
- 6- COMPROMISSO DE INSTALAÇÃO DE MESAS SETORIAIS DE LOCAIS DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE;
- 7- REVOGAÇÃO DA NOTA TÉCNICA Nº 1556/2020/CGUNE/CRG DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU) QUE PUNIA COM PAD SERVIDORES QUE CRITICASSEM O GOVERNO.
- 8- CONSEGUIMOS BARRAR A MP 1154, QUE EXTINGUÍA A FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (FUNASA)
- 9- ASSINATURA DO ACT 2023/2024 DA EBSERH
- 10- INÍCIO ÀS NEGOCIAÇÕES DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2023/2024 DA CONAB.

SINDSEP-MT

É DE LUTA! É DE MATO GROSSO!
VENHA PRO SINDICATO VOCÊ TAMBÉM!

SESAI

MS discute Chamamento Público da Saúde Indígena

O Ministério da Saúde realizou no dia 29, uma audiência pública sobre o Chamamento Público da Saúde Indígena. O evento aconteceu na sede da Secretaria de Saúde Indígena, em Brasília (DF), e o público presente foi formado por representantes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), lideranças, profissionais da saúde, representantes das entidades interessadas e colaboradores de todas as partes do Brasil.

A abertura da cerimônia foi feita pelo Pajé Celso Xukuru Kariri,

Foto: Mário Hashimoto



O Sindsep-MT e a Condsef participaram da audiência pública na Sesai-DF

que conduziu um ritual, saudando a ancestralidade e agradecendo a oportunidade de estarem juntos, tantos “parentes”, discutindo melhorias para a saúde dos povos indígenas.

O secretário Weibe Tapeba iniciou a audiência fazendo um panorama da saúde indígena no Brasil e explicando o Chamamento Público e as motivações da suspensão do edital publicado em julho. Ele afirmou que um marco dessa gestão é exatamente a escuta dos “atores e atrizes” que fazem e que usam os serviços de saúde da Sesai. E ressaltou: “Incluir momentos como

este, de participação pública dos interessados é fundamental para a gente, para aprimorar os serviços de saúde prestados nos territórios, e fortalecer a valorização dos profissionais envolvidos. E é isso que queremos” – disse.

Weibe citou os dados do Censo do IBGE de 2022, apontando o crescimento expressivo da população indígena no Brasil, o que implica em necessidades de ampliação dos serviços de saúde para este público.

Um momento de destaque foi quando mencionou que os 34 DSEI espalhados pelo país já não dão conta de todas as necessidades, e explicou que os estados do Piauí e do Rio Grande do Norte, por exemplo, não tem DSEI nem serviços de saúde indígena.

“Não é apenas não ter distrito, é não ter saúde indígena. Então, onde não tem a política de saúde indígena, é onde há violações de direitos humanos dessa população também. E, reconhecendo isso, nós tomamos a decisão de levar a saúde indígena para os estados do Piauí e do Rio Grande do Norte já em 2024. Esse ano de 2023 é um ano de planejamento dessas ações” – avalizou. (COM MINISTÉRIO DA SAÚDE)



Fotos: Mário Hashimoto

A Condsef completou 33 anos de luta em defesa dos servidores e serviços públicos nesta quinta-feira, 31, em um contexto onde a mobilização da categoria mais uma vez será decisiva em busca do atendimento de reivindicações urgentes. A luta contra a reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, insiste em tentar votar no Plenário do Congresso Nacional, segue em destaque. Além disso, servidores estão mobilizados e na construção de um movimento de luta em defesa de orçamento justo para 2024. A solenidade foi transmitida ao vivo pelas redes com a presença de diretores da entidade, funcionários e diretores de Centrais. Houve também a inauguração da sede própria da Confederação, no Edifício Denasa.



FELIZ MÊS DE SETEMBRO 2023 ANIVERSÁRIO

NOME	DIA
ABEL JESUS DE ARRUDA	02
ADELFA PINTO CRUZ	29
ADELINO RAMAO DA SILVA	01
ADEMIR CEBALHO DE PAULA	20
ALAIDE BATISTA REGO	12
ALBERTINA DA SILVA RAMOS	18
ALCEBIADES DA COSTA	03
ALEXANDRE GOMES DE MATOS	09
ALFREDO NILO DA SILVA	25
ALINOR PAES DE BARROS	19
ANA MARIA GONCALVES DE QUEIROZ	20
ANA PAULA TOLEDO RESENDE	09
ANASTACIO RODRIGUES CUNHA	20
ANGELA BEATRIZ DE SOUSA	01
ANTONIO CARLOS BORGES PACHECO	24
ANTONIO CARLOS SALES	18
ANTONIO FERREIRA DE SOUZA	17
ANTONIO FRANCISCO FERREIRA	28
APARECIDO MANOEL DA SILVA	17
ARISTIDES DAMIAO DA COSTA	17
ATILIA APARECIDA DE OLIVEIRA RAMOS	21
BENEDITA VALDEMIRA MIRANDA NOGUEIRA	14
BENEDITO MAURILIO DA SILVA	13
BENEDITO MODESTO FELISBINO	07
BENILCE CARVALHO FERREIRA	15
BENTO IOCA	10
BERILO JOSE DA SILVA	07
BOAVENTURA TSEREWAMARIWE TSEREWAWA	25
BRUNA ALINE DE SOUZA PEREIRA	30
BRUNA DANIELA JUPPA GRANEMAM	30
CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	13
CARMEM LUCIA ALVES	15
CELESTINO ALVES DE ARRUDA	06
CELMIS LENIZE MONTEIRO	07
CICERO JOSE DE SOUZA	13
CICERO JOSE DE SOUZA	13
CIELENE GOULARTE MOURA	18
DAIANE NUNES DE AMORIM	09
DARIO IPOGUCAM VENCESLAU	12
DENIVALDO ROBERTO DA ROCHA	15
DESIDERIO MACHADO	14
DEUSDETE CABRAL	12
DIANARY MENDES S MILHOMENS	30
DIDINO BATISTA RAMOS	15
DIVINA APARECIDA ANDRADE DE OLIVEIRA	06
DOMERCIO DOMINGOS MAGALAHES	13
DOMINGAS MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	13
EDENAN ANTONIA SANTANA OLIVEIRA	30
EDGAR SANTOS BRANDAO	05
EDI PARADA MARTINS	03
EDITE GONCALVES DE ARRUDA COSTA	17
EDMEIA PEREIRA DA SILVA	20
EDUARDO GALICIANI	07
EDVAL NUNES DA SILVA	27

ELBE JOSE DIAS	26
ELIZANGELA SANDRA DA SILVA	10
ELIZIA SANTANA DA SILVA FERNANDES	02
ELPIDIO CAMPOS DA SILVA	12
ERASMO EGIDIO DOS ANJOS	01
ESTEVÃO VIRGILIO DE ARRUDA	02
EVA DA SILVA DE SOUZA	30
FABIANO ABUTUWE MADU	09
FÁTIMA APARECIDA DE ALENCAR	28
FERNANDA DAIANE PLETCH	19
FERNANDO ANTONIO MARTINEZ BONIN	22
FRANCISCO LUIS BOHNS RIBEIRO	19
FRANCISCO RIBEIRO DUARTE	17
GERALDO MOREIRA	04
GERCINO JOSE UMBERTO BARBOSA	06
GIOVANI DA SILVA SANTOS	28
GIVALDO FERREIRA DOS SANTOS	02
IDEVALDO PASSBERG	26
ITALO MARIA BELLO	04
IVAN QUEIROZ FERREIRA	08
IVONE QUEIROZ	19
JANUARIO DIAS DE MOURA	20
JÉAN CARLOS LEITE BARBOSA	21
JEANI BRITO DOS SANTOS	24
JERONIMO CORREIA CHAGA	09
JOÃO BOSCO AUGUSTO MARTINS	02
JOÃO BOSCO DE ALMEIDA SOUZA	02
JOÃO DE CASTRO ARAUJO FILHO	19
JOÃO GALDINO DE MEDEIROS	05
JOAO JOSE NUNES BARROS	30
JOAO MACEDO	26
JOÃO PAULO NATARI BARBOSA	01
JOAO PEDRO DOS SANTOS	19
JOSE ANGELO FRANCO	05
JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	03
JOSE APARECIDO DE SANTANA	16
JOSE CARLOS CARDOZO DE OLIVEIRA	15
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	14
JOSE PEREIRA DA SILVA	15
JOSIAS DE MIRANDA	23
JUCILENE CATARINA DE GODOY	04
JURANDIR DE SOUSA BARROS	08
JUSCELINO MELO	23
JUSSARA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	10
JUSTINO LEMOS SILVA	26
KARINA DIAS SIMOES	05
LEONIDAS MOREIRA DOS SANTOS	10
LINO MATEUS OJEDA	21
LISES LEITE SANTOS	05
LUCYLENE R. ANTUNES DIAS	29
LUIZ HERNANDE SANABRIA KERSCH	26
MAIRA TAQUIGUTHI RIBEIRO	19
MANOEL BENEDITO FERRAZ	11
MANOEL DA GUIA PINHO	25
MANOEL DIAULAS MAIA MIRANDA	25
MANOEL FRANCISCO BARBOSA	22
MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA	19
MARCINO FERREIRA DA SILVA	17
MARIA APARECIDA GUIMARES LUCAS	07
MARIA CONCEICAO FONTOURA	28
MARIA DA GLORIA FERREIRA	24
MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA ALVES	18
MARIA DE SOUSA OLIVEIRA	03
MARIA DO CARMO FERNANDES DA S. POMPEU	26

MARIA FERNANDA P. DE ALENCAR ALCANTRA	14
MARIA LINA RODRIGUES	24
MARIA LOURDES VESTENA DE ARRUDA E SA	08
MARIA ROSA FERMINO NUNES	08
MARIANO SIMIAO DE SOUZA	05
MARISTELA SUNDFELD DE OLIVEIRA	17
MARLI BISPO DOS SANTOS NUNES	17
MAURO DA SILVA TOMAS	22
MAX ANTUNES DA SILVA	08
MEDSON MOREIRA DA SILVA	06
MEGARON TXUCARRAMAE	09
MIGUEL BATISTA SILVA	08
MIGUEL HENRIQUE PARA	30
MIGUEL RODRIGUES MOREIRA	29
MIGUEL XAVIER DOS SANTOS	25
MIGUELITA FORTES DA SILVA	29
MONTAGAS JONAS CORREA	10
NATAN ARAUJO	02
NEISON LEVINO DA SILVA	23
NELMIR RESENDE RODRIGUES	03
NEWTON AURELIO DE CAMPOS FILHO	26
NILO ISMAEL DO CARMO	18
NILO SOARES DE AMORIM	21
NILTA MARTINS DOS SANTOS	18
NILTON RODRIGUES DE AMORIM	09
OLAVO DE SOUZA JORGE	05
OSCAR DOS SANTOS COQUEIRO	23
OSMAR FERNANDES	08
OSVALDO FRANCISCO DO CARMO	17
OSVALDO SOARES	02
OTAVIANO TSERENOWADAWA XAVANTE	06
PAULA MAGNA DE CAMPOS COSTA	06
PAULO SERGIO CHIARI EBELING	24
PEDRO SERGIO PIMENTEL	09
RAMOS DEOGARIS MELO	08
REGINA MARIA SCHNEIDER	29
RINALDO BERTOLDO DE ARRUDA	24
ROBERTO CARLOS SILVA DE MESQUITA	17
RONALDO CAMILO	24
ROSA MARIA DA CANTO LORUADELE	17
ROSANA APARECIDA DE FIGUEIREDO	05
ROSIVALDO CLEMENTINO DA LUZ	16
RUBENS VIGO	02
RUBIA MARCELA RODRIGUES MORAES	14
SANDRA ALVES NOGUEIRA RONDON	09
SANTINO PEREIRA BATISTA	22
SEBASTIAO DE LACERDA CINTRA	29
SEBASTIAO PEREIRA CAJANGO	09
SEBASTIAO PINTO DA SILVA	03
SEBASTIAO SANTIAGO	14
SERGIO TOLEDO SANTANA	17
SHIRLEY STUART DE FIGUEIREDO	05
SIMONE ELIAS DE SOUZA	21
SINESIO FERNANDES DOS SANTOS	29
SONIA MARIA MARTINS CAMPOS	13
SONIRLEY FERREIRA DE MIRANDA	21
THIAGO DE FRANÇA BRITTO	10
TONY JOSÉ DE SOUZA	03
VALDINEI DA SILVA PASSOS	29
VANDA DOMINGOS LEITE BARBOSA	26
VANDERLEY MANOEL OLIVEIRA	07
VERA LUCIA FERREIRA DA SILVA	08
VERONICA SILVÉRIO	04